

Diário do Legislativo de 12/04/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PHS E PSC)

Líder: Deputado Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PSDB), Carlos Pimenta (PDT)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado Ricardo Duarte

Vice-Líderes: Deputada Elisa Costa (PT) e Deputado Edson Resende (PT)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Gustavo Corrêa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO PPS

Líder: Deputado Neider Moreira

Vice-Líder: Deputado Marlos Fernandes

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PSDB), Paulo Piau (PPS) e José Henrique (PMDB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Miguel Martini (PHS)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Jéssus Lima (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fahim BPSB Presidente
Sawan

Deputado Gustavo PFL Vice-Presidente
Valadares

Deputado Dinis BPSB
Pinheiro

Deputado Sargento BPSB
Rodrigues

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdo
B

Deputado Antônio Genaro BPSB

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Paulo BPSB
César

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Miguel BPSB
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PCdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonardo PMDB Presidente
Quintão

Deputado Edson PT/PCdo Vice-Presidente
Rezende B

Deputada Ana BPSP
Maria Resende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Jésus PT/PCdo
Lima B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Roberto PT/PCdoB
Carvalho

Deputado Djalma PPS
Diniz

Deputado Sebastião PPS
Costa

Deputada Cecília PT/PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BPSP Presidente
Ribeiro Silva

Deputado PMDB Vice-Presidente
Gilberto Abramo

Deputado PPS
Sebastião Costa

Deputada Elbe BPSP
Brandão

Deputado PT/PCdo
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado PP
George Hilton

Deputado PFL
Gustavo Corrêa

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Marlos PPS
Fernandes

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB
Lara

Deputado Roberto BPSP
Ramos

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputada Vanessa Lucas BPSP Vice-Presidente

Deputado Domingos Sávio BPSP

Deputado Biel PT/PCdoB
Rocha B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputada Lúcia BPSP
Pacífico

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado José PMDB
Henrique

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente
Rafael

Deputada Lúcia BPSP Vice-Presidente
Pacífico

Deputado João BPSP
Leite

Deputado Jésus PT/PCdo
Lima B

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputado Carlos BPSP
Pimenta

Deputado Padre João PT/PCdoB

Deputado Célio BPSP
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT/PCdo Presidente
Ângelo B

Deputado BPSP Vice-Presidente
Roberto Ramos

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputado Zé BPSP
Maia

Deputado Paulo BPSP
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado Antônio BPSP
Genaro

Deputado Dilzon Melo BPSP

Deputada Elbe BPSP
Brandão

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

Deputado PT/PCdo
Weliton Prado B

Deputado Paulo PPS
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Domingos Sávio

Deputado Jayro PFL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSP
Sebastião Helvécio

Deputado Luiz BPSP
Humberto Carneiro

Deputada Elisa PT/PCdo
Costa B

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Dilzon BPSP
Melo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Bilac Pinto BPSP

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Paulo Piau PPS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Laudelino B
Augusto

Deputado Doutor BPSP Vice-Presidente
Ronaldo

Deputado João BPSP
Leite

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Paulo PPS
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PCdoB
Gomes

Deputado Alencar da BPSP
Silveira Jr.

Deputada Lúcia BPSP
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdo Presidente
Tereza Lara B

Deputado José BPSP Vice-Presidente
Milton

Deputado Miguel BPSP
Martini

Deputado André PT/PCdo
Quintão B

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PCdoB
Augusto

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado João Leite BPSP

Deputado Jésus Lima PT/PCdoB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Padre PT/PCdo Presidente
João B

Deputado Marlos PPS Vice-Presidente
Fernandes

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Luiz BPSP
Humberto
Carneiro

Deputado Doutor PFL
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB
Lara

Deputado Bilac Pinto BPSP

Deputado Paulo Piau PPS

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado Djalma PPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado PT/PCdo
Ricardo Duarte B

Deputado PP
Pinduca Ferreira

Deputada BPSP
Vanessa Lucas

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Olívia BPSP

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Domingos BPSP
Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Adelmo Carneiro B
Leão

Deputado Carlos BPSP Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado Doutor BPSP
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PCdoB
Rezende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Jayro Lessa PFL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSP Presidente
Maia

Deputado PFL Vice-Presidente
Leonardo Moreira

Deputado BPSP
Sargento Rodrigues

Deputado PT/PCdoB
Weliton Prado B

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Márcio BPSP
Passos

Deputado Adelmo PT/PCdoB
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Alencar da
Silveira Jr.

Deputada Elisa PT/PCdo Vice-Presidente
Costa B

Deputado Irani BPSP
Barbosa

Deputada Jô PT/PCdo
Moraes B

Deputado Gustavo PFL
Valadares

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Carlos PT/PCdoB
Gomes

Deputado Paulo César BPSP

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio BPSP Presidente
Moreira

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Bilac BPSP
Pinto

Deputado Roberto Carvalho PT/PCdo
B

Deputado Dimas PP
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSP
Pinheiro

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Márcio BPSP
Passos

Deputado Ricardo PT/PCdoB
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo BPSB Presidente
César

Deputado Carlos PT/PCdo Vice-Presidente
Gomes B

Deputada Cecília PT/PCdo
Ferramenta B

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado BPSB
Leonídio Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis BPSB
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputada Vanessa BPSB
Lucas

Deputado Doutor PFL
Viana

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio PMDB Presidente
Júlio

Deputado Dilzon BPSB Vice-Presidente
Melo

Deputado Luiz BPSB
Humberto
Carneiro

Deputado BPSB
Sebastião
Helvécio

Deputado Padre PT/PCdo
João B

Deputado PFL
Gustavo
Valadares

Deputado
Pereira Gil PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado
Sawan Fahim BPSP

Deputado
Ribeiro Silva Dalmo BPSP

Deputada
Pimenta Carlos BPSP

Deputado
Ângelo Durval PT/PCdoB

Deputada
Nogueira Ivair PMDB

Deputado
Corrêa Gustavo PFL

Deputado
Hilton George PP

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 28/3/2006

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Padre João e Marlos Fernandes, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Padre João, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os critérios de liberação de recursos financeiros para a cafeicultura mineira estabelecidos pelo Programa de Zoneamento Agrícola do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e apreciar proposições da

Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os convidados: Srs. Marcelo Franco, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Francisco José Metidieri, Coordenador do Programa de Zoneamento Agrícola do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Igino Marcos da Mata de Oliveira, Delegado Federal do Ministério de Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais; Marcelo de Pádua Felipe, Coordenador Estadual da Emater-MG; Rodrigo de Almeida Pontes, Assessor Técnico da Faemg; Milton Flávio Nunes, Assessor de Gabinete do Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Luiz Eduardo de Oliveira, Coordenador de Segurança da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário; Ronaldo Pedrosa Gomes, Superintendente Substituto do Ministério de Agricultura em Minas Gerais, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Os Deputados Padre João e Dalmo Ribeiro Silva, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem considerações iniciais. Logo após, passa-se a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2006.

Padre João, Presidente - Marlos Fernandes - Doutor Viana - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Cultura NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 4/4/2006

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Dilzon Melo, José Henrique e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; os Deputados Biel Rocha, Domingos Sávio, José Henrique e Luiz Humberto Carneiro (substituindo este à Deputada Vanessa Lucas, por indicação da Liderança do BPS), membros da Comissão de Cultura. Estão presentes, também, os Deputados Adalclever Lopes, Antônio Júlio, Fábio Avelar e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e informa aos Srs. Deputados que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, os critérios utilizados pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros Militar para a cobrança de taxas instituídas pelo governo do Estado na realização de eventos culturais de grande porte em Minas Gerais, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Leonardo Brandão, Chefe de Gabinete, representando Eleonora Santos Rosa, Secretária de Cultura; Ten. Cel. Cláudio Vinício Sena Teixeira, Subcorregedor; Ten. Cel. Altair Penido e Major Jaime de Paula, Chefes da 3ª e da 6ª Seção do Estado Maior, respectivamente, representando o Cel. José Honorato Ameno, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais; Hérzio Mansur, Diretor Comercial, representando Celso Cota Neto, Prefeito Municipal de Mariana e Presidente da Associação Mineira de Municípios; Francisco Simões, Assessor Jurídico, representando Roberto Simões, Presidente da Faemg; Leonardo Dias, Diretor da DM - Promoções, representando Lúcio dos Santos Oliveira, Presidente da Abrape; João Welligton Esteves, representante do Setor Cultural; Paulo Carvalho e Alex Viana, assessores da Superintendência de Tributação da Secretaria de Fazenda; e Newton Bernardino de Souza, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Cláudio, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação é aprovado requerimento do Deputado Antônio Júlio, em que solicita seja a Comissão de Segurança Pública convidada a participar da próxima reunião da Comissão, no dia 11/4/2006, às 10 horas, que dará prosseguimento aos debates iniciados sobre o assunto objeto deste reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião conjunta, no dia 11/4/2006, às 10 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2006.

Domingos Sávio, Presidente - Dilzon Melo - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Vanessa Lucas - Biel Rocha - Sebastião Helvécio.

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Cultura NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 4/4/2006

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Gil Pereira e Biel Rocha, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Vanessa Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: em turno único, Projetos de Lei nºs 2.546, 2.945 e 2.992/2006 e, no 1º turno Projeto de Lei nº 2.880/2005 (Deputado Biel Rocha). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, apresentada. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.843 e 2.883/2005 (relator: Deputado Biel Rocha), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.269 e 6.321/2006. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Elisa Costa e do Deputado Biel Rocha em que solicitam a realização de audiência pública da Comissão, para subsidiar-se o parecer ao Projeto de Lei nº 2.880/2005, que altera a Lei nº 12.733, de 30/12/97, regionalizando a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado, com os convidados que menciona, e dos Deputados Rogério Correia e Biel Rocha em que solicitam a realização de audiência pública da Comissão, para se discutirem a recuperação do patrimônio, a memória, a história e a cultura ferroviária em Minas Gerais, e a visita da Comissão para averiguar em Corinto, Juiz de Fora, Miguel Burnier, em Ouro Preto, Buritizeiro e Monte Azul, os locais que necessitam de recuperação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2006.

Gil Pereira, Presidente - André Quintão - Sávio Souza Cruz.

MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA da 4ª sessão legislativa ORDINÁRIA da 15ª legislatura, EM 11/4/2006

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 3.129/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira.

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 3.005/2006, do Governador do Estado.

Em redação final: Projeto de Lei nº 2.796/2005, da Procuradoria-Geral de Justiça.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 22ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 12/4/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção da reunião para lançamento oficial da Campanha da Fraternidade de 2006.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2004, do Deputado Ivair Nogueira e outros, que altera o art. 53 da Constituição do Estado A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Projeto de Lei nº 3.063/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.005/2006, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 37, de 13/1/89, que reestrutura a remuneração do pessoal da Polícia Militar de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.081/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 014/2005, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Varig Logística S.A.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.121/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 001/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Unifrigo Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.122/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 002/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Friboi Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.123/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 003/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Nogueira Rivelli Irmãos Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.124/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 004/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Mafrial Matadouro e Frigorífico Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.125/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 005/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Distribuidora de Carnes Vale do Paraíso Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.126/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 006/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Organizações Francap S.A.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.127/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 007/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Avivar Alimentos Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.128/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 008/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Cooperativa dos Granjeiros do Oeste de Minas

Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.130/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 010/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Dagránja Agroindustrial Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.131/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 011/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Frigorífico Mataboi S.A.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.132/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 012/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Frigorífico Industrial Vale do Piranga.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.133/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 013/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Barbosa & Cia. Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.134/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 014/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Frisa Frigorífico Rio Doce S.A.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.135/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 016/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Sadia S.A.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.136/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 018/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Frigorífico Nossa Senhora da Saúde Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.137/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 019/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Matadouro e Frigorífico Paladar Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.138/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 020/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Rio Branco Alimentos S.A.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.196/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Santo de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.732/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 12/4/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.278/2006, da Deputada Ana Maria Resende; 6.280/2006, do Deputado Doutor Viana; 6.297/2006, do Deputado Paulo Piau; 6.322, 6.323 e 6.325/2006, do Deputado Antônio Andrade; e 6.377/2006, do Deputado Jésus Lima.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 12/4/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 6.366/2006, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: ouvir o Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, José Carlos Carvalho, que apresentará relatório consubstanciado dos trabalhos e atividades desenvolvidos pela Secretaria de que é titular e pelo Copam no ano de 2005, bem como as perspectivas para 2006.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 12/4/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.063/2006, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.433/2005, do Deputado Sebastião Costa; 2.305/2005, do Deputado Antônio Carlos Andrada; Projetos de Resolução nºs 2.888 e 2.923/2006, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Projetos de Lei nºs 2.921/2006, do Governador do Estado; 48/2003, do Deputado Rogério Correia; 2.130/2005, do Deputado Zé Maia; 2.690/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Em turno único: Mensagens nºs 548 a 556/2006, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.349 e 6.350/2006, do Deputado Jayro Lessa; 6.362/2006, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 12/4/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 18/4/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, a flexibilização da Lei de Crimes Hediondos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 18/4/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, com convidados, o impacto econômico e turístico e a geração de emprego decorrentes da criação de um aeroporto na região dos Inconfidentes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 12/4/2006, destinada na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião

anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2004, do Deputado Ivair Nogueira e outros, que altera o art. 53 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução nºs 3.081/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 014/2005, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Varig Logística S.A.; 3.121/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 001/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Unifrig Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda.; 3.122/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 002/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Friboi Ltda.; 3.123/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 003/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Nogueira Rivelli Irmãos Ltda.; 3.124/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 004/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Mafril Matadouro e Frigorífico Ltda.; 3.125/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 005/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Distribuidora de Carnes Vale do Paraíso Ltda.; 3.126/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 006/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Organizações Francap S.A.; 3.127/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 007/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Avivar Alimentos Ltda.; 3.128/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 008/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Cooperativa dos Granjeiros do Oeste de Minas Ltda.; 3.130/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 010/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Dagranya Agroindustrial Ltda.; 3.131/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 011/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Frigorífico Mataboi S.A.; 3.132/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 012/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Frigorífico Industrial Vale do Piranga; 3.133/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 013/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Barbosa & Cia. Ltda.; 3.134/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 014/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Frisa Frigorífico Rio Doce S.A.; 3.135/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 016/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Sadia S.A.; 3.136/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 018/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Frigorífico Nossa Senhora da Saúde Ltda.; 3.137/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 019/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Matadouro e Frigorífico Paladar Ltda.; e 3.138/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 020/2006, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, para a empresa Rio Branco Alimentos S.A.; e dos Projetos de Lei nºs 2.196/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Santo de Minas os imóveis que especifica; 2.732/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica; 3.005/2006, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 37, de 13/1/89; e 3.063/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 11 de abril de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2004

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Célio Moreira, Irani Barbosa e Ricardo Duarte, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/4/2006, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2006.

José Henrique, Vice-Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 97/2006

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Doutor Ronaldo, Doutor Viana e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/4/2006, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2006.

Ana Maria Resende, Presidente "Ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Leonídio Bouças, Paulo Piau e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/4/2006, às 10 horas, no Instituto Aureliano Chaves, situado na Av. João de Camargo, 510, na cidade de Santa Rita do Sapucaí, com a finalidade de se conhecerem o projeto digital e todas as conquistas do Vale da Eletrônica, notadamente quando se debate a TV digital no programa do Ministério das Comunicações, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2006.

Doutor Viana, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Célio Moreira, Fahim Sawan, Ivair Nogueira e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/4/2006, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se eleger o Presidente.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2006.

Biel Rocha, Vice-Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Milton, André Quintão, Miguel Martini e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Participação Popular; os Deputados Durval Ângelo, Roberto Ramos, Irani Barbosa, Paulo Cesar e Zé Maia, membros da Comissão de Direitos Humanos, para a reunião a ser realizada em 19/4/2006, com a presença de convidados, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, em audiência pública, as atividades do Dia de Luta dos Povos Indígenas, parte da Semana de Luta dos Povos Indígenas, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2006.

Maria Tereza Lara, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Irani Barbosa, Paulo Cesar e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/4/2006, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater, em audiência pública, com a presença de convidados, o Projeto de Lei Federal 4.559/2004, de autoria do Poder Executivo, em tramitação na Câmara dos Deputados, o qual cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, e dá outras providências e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2006.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer SOBRE AS EMENDAS NºS 2 E 3, APRESENTADAS no 1º turno Ao Projeto de Lei Nº 3.063/2006

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto em tela autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce.

Preliminarmente, a proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, que apresentou. Em seguida, esta Comissão opinou por sua aprovação em 1º turno, com a emenda apresentada pela Comissão anterior.

Na fase de discussão do projeto no 1º turno, foram apresentadas, em Plenário, as Emendas nºs 2 e 3, que vêm a esta Comissão para receber parecer, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno.

Fundamentação

O objetivo da proposição em tela é autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce. Estabelece, ainda, a obrigatoriedade do depósito dos recursos resultantes da referida operação de crédito em instituições financeiras que centralizem a receita do Estado. Como garantia do contrato, a proposição autoriza o Poder Executivo a oferecer, até o limite de 125% do valor do financiamento, caução de ações preferenciais nominativas e de debêntures de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - Cemig.

Durante a discussão do projeto em Plenário, foram apresentadas duas emendas. A Emenda nº 2, de autoria do Governador do Estado, pretende duas modificações no projeto original. Primeiramente, dá nova redação ao art. 1º, com a finalidade de aumentar o valor do financiamento de ¥ 6.250.000.000,00 (seis bilhões duzentos e cinquenta milhões de ienes) para ¥ 7.250.000.000,00 (sete bilhões duzentos e cinquenta milhões de ienes), equivalentes a R\$135.000.000,00. De acordo com mensagem enviada pelo Governador do Estado, o aumento do limite do valor da contratação é fundamentado na valorização do Real em relação ao Iene, moeda de referência para a operação, uma vez que o agente financiador da transação de crédito é o Banco Japonês para a Cooperação Internacional.

A mesma Emenda nº 2 propõe a alteração do art. 3º do projeto, que trata das modalidades de garantias para a realização da operação de crédito. De acordo com o projeto original, é oferecida como garantia do financiamento a caução de ações preferenciais e de debêntures da Cemig. Visando aperfeiçoar a redação do projeto original, a emenda suprime a palavra caução, uma vez que a garantia da operação é dada pelos próprios títulos, que já estariam automaticamente caucionados com a aprovação do projeto.

Vale salientar que as ações oferecidas em garantia são da classe preferenciais nominativas, ou seja, sem direito a voto, o que não compromete o controle acionário da Cemig pelo Estado. Da mesma forma, as debêntures são títulos nominativos negociáveis, representativos de dívida de médio ou de longo prazo da Cemig e não dão direito a voto. Conforme as informações prestadas pelo Poder Executivo, as referidas debêntures encontram-se sob a custódia da Minas Gerais Participações S.A. - MGI -, entidade integrante da administração indireta do Estado, vinculada à Secretaria de Fazenda, e foram liberadas, recentemente, da garantia prestada no contrato que proporcionou a vinda da Mercedes Benz do Brasil S.A. para Minas Gerais.

A Emenda nº 3, de autoria do Deputado Weliton Prado, veda a concessão para a exploração da iniciativa privada dos trechos de rodovias a serem financiados pelos recursos oriundos da operação de crédito, pelo prazo de até 5 anos após a realização das obras. Entendemos que o teor da emenda foge ao objeto do projeto, razão pela qual opinamos por não acatá-la.

Em virtude da relevância das modificações apresentadas e para uma melhor estruturação do projeto, apresentamos ao final de nosso parecer o Substitutivo nº 1, no qual acatamos as propostas da Emenda nº 2, apresentada pelo Poder Executivo. No substitutivo apresentado, retiramos a possibilidade de substituição das garantias ofertadas por outras da mesma natureza.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.063/2006, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3, ficando prejudicada a Emenda nº 2.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito, em moeda estrangeira, com o Banco do Brasil S.A., até o limite equivalente a ¥ 7.250.000.000,00 (sete bilhões duzentos e cinquenta milhões de ienes), equivalentes a R\$135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais) destinados à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce, componente do Projeto Estruturador de Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios - Processo.

Art. 2º - Os recursos decorrentes da operação de crédito de que trata esta lei, objeto de contrato celebrado com o Banco do Brasil S.A., serão depositados em instituições financeiras que centralizem a receita do Estado.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer em garantia para a realização da operação de crédito de que trata esta lei até o limite equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do valor do financiamento:

I - ações preferenciais nominativas de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - Cemig -, de titularidade da administração direta ou indireta;

II - debêntures de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - Cemig.

Art. 4º - Para cumprimento das obrigações assumidas, o Poder Executivo fica autorizado a anuir na inclusão de cláusula contratual que autorize o Banco do Brasil S.A. a promover a excussão das garantias prestadas no contrato de empréstimo de que trata esta lei.

Art. 5º - O orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do Estado no Projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2006.

Domingos Sávio, Presidente - José Henrique, relator - Jayro Lessa - Elisa Costa.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.546/2005

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria da Deputada Maria Tereza Lara, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Coral Tangarás de Santa Isabel, com sede no Município de Betim.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Coral Tangarás de Vila Isabel, originário de um grupo de artistas, é entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo primordial divulgar a música sacra e a música popular brasileira.

Realizando recitais e apresentações informais na Igreja Matriz de Santa Isabel, em Betim, especialmente nas missas de domingo e nas festas religiosas, os membros da instituição procuram familiarizar o público com a música erudita e com a música popular menos divulgada,

contribuindo, assim, para a popularização da arte.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.546/2005 em turno único.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2006.

Biel Rocha, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.945/2006

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Roberto Carvalho, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Grêmio Recreativo e Escola de Samba Levanta Poeira, com sede no Município de Rio Pomba.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em causa é uma agremiação de caráter cultural e recreativo. Tem por objetivo a divulgação e a manutenção de uma das mais caras tradições da cultura popular do País, o carnaval.

Promovendo desfiles de carnaval, ela divulga o folclore e as músicas características da festividade, o samba e o frevo, cujas letras e ritmos os seus compositores procuram recriar e, às vezes, até aprimorar.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.945/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2006.

Biel Rocha, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.992/2006

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria da Deputada Maria Tereza Lara, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Academia Dorense de Letras - ADL -, com sede no Município de Boa Esperança.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida Academia é referência na preservação da literatura e tem como objetivo o esforço para priorizar a educação dos jovens e divulgar a arte em múltiplos aspectos.

Ela é um exemplo criado dentro da sociedade de Boa Esperança, cidade que ostenta como patrimônio sensibilidade cultural e que deu grande contribuição para a consagração da literatura mineira no contexto nacional.

Por sua atuação, a referida entidade merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.992/2006 em turno único.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2006.

Biel Rocha, relator.

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 3.005/2006 altera a Lei Delegada nº 37, de 13/1/89, que reestrutura a remuneração do pessoal da PMMG.

Aprovada no 1º turno, retorna a matéria a esta Comissão para receber parecer no 2º turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.005/2006 institui verba indenizatória para os militares da ativa e para os servidores em atividade integrantes do quadro efetivo da Polícia Civil, da carreira de Agente de Segurança Penitenciária e de Agente de Segurança Socioeducativo. A intenção é ressarcir esses servidores das despesas com a aquisição do fardamento ou uniforme necessário ao desempenho de suas funções.

A verba indenizatória corresponde a 40% da remuneração básica do soldado de 1ª classe e será paga anualmente aos militares da ativa. Os arts. 2º e 3º da proposição estendem o benefício aos servidores em atividade integrantes do quadro efetivo da Polícia Civil, da carreira de Agente de Segurança Penitenciária e de Agente de Segurança Socioeducativo bem como aos servidores dessas categorias contratados temporariamente. O art. 4º estabelece que as despesas relativas à aplicação da lei correrão à conta das dotações orçamentárias do orçamento corrente das instituições a que se vinculam os servidores beneficiados.

Não havendo óbice jurídico à aprovação da matéria, conforme analisado pela Comissão de Constituição e Justiça no seu parecer o 1º turno, cabe, nesse momento, reiterar que a proposta é justa e equilibrada. Os agentes estatais, para além de condições adequadas de trabalho e de um ambiente laboral fraterno e saudável, precisam ser devidamente remunerados. A reunião desses fatores não só favorece a situação pessoal do servidor como também resulta em uma prestação de serviço público mais eficiente.

A indenização ora pretendida aumenta a liquidez dos vencimentos das categorias beneficiadas, as quais, em razão das singularidades das suas funções, efetivamente realizam despesas pessoais para o atendimento do interesse público.

Conclusão

Com base no exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.005/2006, no 2º turno.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2006.

Fahim Sawan, Presidente e relator - Gustavo Valadares - Sargento Rodrigues - Ricardo Duarte - Luiz Humberto Carneiro.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/4/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Márcio Passos

exonerando Francino Antônio da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Manoel Ferreira dos Santos do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Juliano Luís de Freitas para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Pollianna Kátia Menezes Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98 e Decisão da Mesa de 18/10/2005, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Carla Martoni Mendes para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Gurinhatã. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 11/4/2006, na pág. 50, col. 1, sob o título "Gabinete do Deputado Adalclever Lopes", onde se lê:

"Verly Francisco Gonçalves", leia-se:

"Verlí Francisco Gonçalves".